



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141464 - RS (2021/0013722-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VINICIOS GONCALVES DE ALMEIDA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VINICIOS GONCALVES DE ALMEIDA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0087646-43.2020.8.21.7000).

O recorrente foi preso em flagrante e denunciado como incurso nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, III e VI, todos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não tendo demonstrado, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que a segregação antecipada estaria lastreada na gravidade abstrata dos delitos que lhe foram imputados.

Argumenta que é primário e foi apreendido com pequena quantidade de drogas, circunstâncias que, aliadas à pandemia de coronavírus, reforçariam a desnecessidade de sua custódia.

Requer, liminarmente e no mérito, que lhe seja concedida liberdade provisória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 138-147):

No caso sob exame, dos documentos que instruem a inicial, não se verifica qualquer ato ilegal ou abusivo por parte do magistrado a quo . Portanto, não há violência ou ameaça de iminente coação à liberdade de locomoção do paciente, até porque presentes indícios mínimos de autoria e materialidade.

A decisão que decretou a prisão preventiva, da lavra da Dra.

Patricia Pereira Krebs Tonet, encontra-se devidamente motivada, em atenção ao disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante se pode verificar de sua transcrição:

“Vistos. Com base no art. 55 da Lei

11.343/06, determino a notificação do réu para, em dez (10) dias, oferecer defesa prévia por escrito e através de defensor constituído, nos termos do § 1º do art. 55 da referida Lei, ou então, informar se deseja a nomeação da Defensoria Pública. Sem resposta ou manifestando interesse em ser defendido pela Defensoria Pública, desde já nomeio a Defensoria atuante nesta Vara, que deverá ser intimada para apresentar defesa prévia.

Deve acompanhar a notificação uma cópia de denúncia. Com a manifestação escrita, venham os autos conclusos para decisão, fundamentada, de recebimento ou não da denúncia.

Solicite-se à Autoridade Policial que providencie a destruição da droga apreendida, ressalvada pequena parcela, que deverá ser armazenada para viabilizar a elaboração de exames periciais. Defiro, ainda, o pedido de diligência requerido pelo Ministério Público no final da exordial acusatória. Por fim, o Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu, para a garantia da ordem pública. A materialidade encontra-se consubstanciada no registro de ocorrência policial, no auto de apreensão, no laudo provisório de constatação da substância e nas declarações prestadas perante a autoridade policial. Quanto aos indícios de autoria, conforme narrado na denúncia, a guarnição policial realizava patrulhamento de rotina em conhecido ponto de tráfico de drogas quando avistou o acusado em atitude suspeita, fazendo uso de adolescente para, em tese, praticar o crime de tráfico de drogas. Ante o comando de abordagem, o réu empreendeu fuga, dispensando os entorpecentes no caminho, sendo perseguido e abordado pelos policiais, restando apreendidos 14 pinos de cocaína (pesando aproximadamente 8,60g) e 06 porções de maconha (pesando aproximadamente 11,80g). Tudo evidencia, pois, a provável prática do tráfico de drogas pelo réu, delito cuja gravidade é indiscutível e que abala sobremaneira a ordem e saúde pública, sobretudo porque vinculada a outros delitos graves, como roubos e homicídios. Note-se que VINÍCIOS já responde a outro processo, também pelo crime de tráfico de

drogas, tendo sido preso em flagrante em agosto de 2018, encontrando-se em liberdade provisória quando do cometimento dos crimes narrados no presente feito, restando evidenciada a probabilidade de, uma vez em liberdade, reiterar nesta espécie delituosa.

Afora isso, em se tratando do delito de tráfico de drogas, tem-se que, não raras vezes, a soltura de flagrados por este tipo de crime viabiliza a continuidade do rentável negócio e embaraça a identificação de outras pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado para a prática desta espécie de ilícito. Ademais, segundo consta nos autos, o acusado faria uso de adolescente para a prática do delito, o que agrava ainda mais a lesividade de sua conduta social.

Portanto, inequívoca a necessidade de segregação cautelar para resguardo da ordem pública. Ante o exposto, presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE VIINÍCIOS GONÇALVES DE ALMEIDA**, para o fim de acautelar a ordem pública. Expeça-se o respectivo mandado. Diligências legais.”

Dessa forma, a decisão combatida visa a proteção da comunidade ordeira da reiteração criminosa, não se verificando qualquer violação ao princípio da presunção de inocência, uma vez que devidamente fundamentada e legalmente amparada.

O fumus comissi delicti vem amparado nos indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito, por conta da prisão em flagrante do acusado na abordagem policial, que se deu após tentativa de fuga, durante a qual o paciente dispensou algumas das porções de droga nas escadas do condomínio e arremessou as demais pela janela do apartamento. Na ocasião, foram encontradas **14 porções de cocaína, totalizando aproximadamente 8,6 gramas, além de 06 porções de maconha, no peso aproximado de 11,8 gramas, e a quantia de R\$110,00 (cento e dez reais)**, conforme se extrai do auto de apreensão de fls. 33-34:

[...]

Presente também o periculum libertatis, mostrando-se necessária a manutenção da segregação cautelar para garantir a ordem pública. Evidenciadas a gravidade concreta dos delitos imputados ao paciente, a periculosidade e a clara possibilidade de reiteração, haja vista que, embora primário, **o paciente responde a este e a outro processo pelo crime de tráfico de drogas, encontrando-se em liberdade provisória quando do cometimento do**

novo ilícito.

Cabe colacionar o registro de sua certidão de antecedentes criminais, onde consta que responde a este e a outro processo por crime de tráfico de drogas

:

[...]

Portanto, em que pese primário, o fato de estar respondendo em liberdade por outro processo pelo crime de tráfico de drogas não foi suficiente para inibir o paciente ao cometimento de novo ilícito, restando demonstrada clara tendência a reiteração delitiva.

Ademais, o fato de o delito ter sido cometido próximo às imediações de instituição de ensino demonstra ainda mais a necessidade de afastamento do paciente do convívio social.

Resta, portanto, evidenciado nos autos indicativos sólidos da periculosidade social do paciente.

[...]

Por fim, mas não menos importante, é o fato de que não comporta o deferimento de medidas cautelares diversas à prisão, consoante artigo 319 do CPP, uma vez que, diante de todos os elementos já ressaltados, não teriam o condão de resguardar a ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)' (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência